



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Têm sido feitas recentemente declarações públicas, oriundas de quadrantes políticos diferentes, acerca do desempenho da Senhora Presidente da Câmara de Felgueiras à frente do executivo municipal e da sua recandidatura ao cargo.

Algumas dessas declarações comentam ou interrogam-se sobre o desempenho do Ministério Público em todo o processo. Na satisfação de pedidos de informação frequentes feitos pela comunicação social, julga-se oportuno fornecer a seguinte informação, tendo em conta, aliás, do disposto na alínea b) do n.º 9 do artigo 86.º do Código do Processo Penal, no que toca à revelação de matéria que possa estar em segredo de justiça.

- O processo crime ora pendente iniciou-se com uma notícia anónima, alegadamente por medo de represálias, apresentada nesta PGR, a qual continha factos indiciadores de responsabilidade penal com a credibilidade suficiente para se instaurar o procedimento pertinente.

- As investigações iniciaram-se em Janeiro de 2000 ficando a cargo da Inspecção de Braga da Polícia Judiciária, sendo entretanto recebidas mais três exposições anónimas e documentação oriunda da Assembleia Municipal de Felgueiras, em relação com a gestão reputada irregular da Senhora Dr^a Fátima Felgueiras.

- Em resposta a reclamação apresentada pela denunciada quanto ao anonimato daquelas exposições, foi comunicado pelo Ministério Público que no caso em apreço, não obstante o carácter anónimo da denúncia e a circunstância de a mesma não vir acompanhada de quaisquer documentos, ela contém uma pormenorizada exposição dos factos, as circunstâncias temporais em que teriam sido cometidas e a identificação dos respectivos agentes, tudo a permitir a formulação de um juízo positivo sobre a credibilidade dessa notícia, a qual deve ser considerada como adquirida por conhecimento directo do Ministério Público, determinando, em consequência, a abertura de inquérito criminal.

- Também se acrescentou, nessa resposta, que o único agente do Ministério Público com a possibilidade de avocar o processo em questão era o Procurador da República, concretamente sediado em Guimarães, por estar em causa a representação do Ministério Público na primeira instância. Tal avocação já foi determinada.

- O processo tem tido até ao momento andamento regular com a realização de diligências de prova muito variadas, em que avultam perícias financeiras e contabilísticas já que a investigação se tem que desdobrar por sectores de actuação diferenciados, e envolvendo as dimensões administrativa, financeira, fiscal e penal, frequentemente interligadas. Nesta altura o processo conta com sete volumes, 1636 folhas e 93 apensos.

- As investigações-crime irão prosseguir, com a maior celeridade possível, face à complexidade do caso. Entretanto, o Ministério Público já oportunamente propôs uma acção contra a autarca em causa para perda de mandato, no Tribunal Administrativo de Círculo do Porto.

É evidente que, a partir do momento em que a senhora Dr.^a Fátima Felgueiras optou por recandidatar-se à presidência da Câmara de Felgueiras, passou a haver um interesse acrescido relativamente àquela que foi a gestão da sua responsabilidade à frente do município. Para, por um lado tal poder ser utilizado no debate partidário antecedente das eleições, ou para que, por outro lado, os eleitores pudessem dispor do maior número de elementos de informação na opção de voto que vierem a tomar.

A consciência que exista desta realidade não deve porém condicionar a tramitação do processo-crime em causa, quer acelerando quer, obviamente, retardando intencional e artificialmente o seu andamento. Só assim o Ministério Público se eximirá a críticas de favorecimento ou prejuízo das forças políticas em campo.

Com a aproximação das próximas eleições autárquicas vários candidatos têm sido, ou podem vir a ser alvo de ataques reportados a anterior ou anteriores mandatos, em termos de quem os protagoniza vir a incorrer em responsabilidade penal.

O Ministério Público não deixará de actuar face a factos concretos de gestão indiciadores de ilícito penal, certo que um procedimento consequente não se compadecerá com meras afirmações vagas ou imputações genéricas.

O Ministério Público não deixará de actuar, face a afirmações que possam configurar crimes de difamação, se para tanto lhe for apresentada a pertinente queixa do ofendido por não estarem em causa crimes públicos.

Lisboa, 30 de Outubro de 2001

A Assessora de Imprensa

Sara Pina